Extensão Universitária: Possibilidade de Formação Mais Emancipadora na Área da Saúde

Área Temática de Gestão da Extensão

Resumo

Este trabalho pretende oferecer caminhos de compreensão para as potencialidades contidas em algumas experiências de extensão, ou seja, suas características emancipadoras e seu papel na formação dos alunos. Atualmente, as universidades vivenciam múltiplos desafios colocados tanto pela sociedade, quanto pelo Estado. Estes desafios dizem respeito ao questionamento da sua hegemonia na produção de conhecimento e de sua legitimidade. Para buscar saídas para esta crise é preciso, mais que uma análise sobre sua estrutura ou conjuntura, mergulhar no fazer cotidiano da Universidade procurando germes de mudanças, experiências que tragam para o debate uma maneira de se fazer formação que não seja aquela centrada no modo moderno de conhecer, onde a razão se separa dos sentimentos, onde as relações são quantificáveis e onde a experiência foi silenciada. Podemos perceber, que a contribuição das atividades para a formação do aluno se dá em dois níveis: formação técnica e aquela mais voltada para a qualidade das relações, baseada no respeito e na criação de vínculos. Foi possível observar também, que a concepção de saúde presente nas propostas não reduzem o homem às suas doenças, e que o conhecimento produzido é menos disciplinar e mais contextualizado, concretizando-se na articulação com outras formas de conhecimento.

Autores

Luciana M. Cerqueira Castro, Profa. Assistente do Instituto de Nutrição
Ruben de Araújo Mattos: Prof. adjunto do Instituto de Medicina Social

Instituição

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Palavras-chave: extensão universitária; conhecimento emancipador; formação em saúde

Introdução e objetivo

A Universidade vem sendo alvo de inúmeros estudos nos últimos anos, principalmente, sobre a sua capacidade de sobrevivência, sua autonomia e a necessidade de avaliação. Atualmente, vivenciam múltiplos desafios colocados tanto pela sociedade, quanto pelo Estado. Estes desafios ou crises, dizem respeito ao questionamento da sua hegemonia na produção de conhecimento e de sua legitimidade. A crise da universidade está também, segundo Buarque, “em muitos casos, na perda da capacidade para definir corretamente os problemas aos quais a formação e as pesquisas devem servir” (Buarque, 1994, p.225), ou seja, para que, para quem e como devemos produzir e difundir conhecimento.

Todas estas “crises” geram tensões tanto no relacionamento da universidade com o Estado e a sociedade, como no interior da própria instituição. Urge então que pensemos as saídas para estes pontos de tensão. A universidade precisa se repensar, colocar a público seu projeto para se fazer entender. Ela é uma instituição da sociedade e a ela tem que se referenciar. E é no sentido de busca de saídas para a crise do conhecimento contemporâneo que procuramos estudar a extensão universitária e sua forma de produção de conhecimento.

A ciência moderna tem sido pouco cuidadosa na análise das conseqüências dos atos produzidos por ela. É essa ausência que permite a exploração cientificamente fundada da

natureza até a destruição da terra e do homem pela opressão. O conhecimento produzido não é, em nenhum momento, neutro e deve ser pensado em concomitância com suas conseqüências para que os caminhos possam ser reformulados.

Este trabalho tem como objetivos compreender as potencialidades contidas em algumas propostas de extensão da área da saúde, ou seja, as características agregadoras e emancipadoras e seu papel na formação dos alunos, que se quer emancipador, a concepção de saúde presente na proposta e a relação dos projetos com a política da sua área de atuação.

O propósito de empreender um estudo sobre as características dos projetos de extensão, dentre elas o potencial emancipador das propostas, nos remete ao conceito de conhecimento-emancipação de Boaventura Santos (2001). O autor considera como emancipador aquele conhecimento que pensa as conseqüências de seus atos, nos quais a relação sujeito-objeto é substituída pela reciprocidade entre os sujeitos e onde a solidariedade e a participação estão presentes.

Segundo Santos, a ciência moderna constitui-se contra o senso comum, o qual, se por um lado possibilitou o desenvolvimento científico, por outro privou o indivíduo de participar "enquanto atividade cívica no desvendamento do mundo" (Santos, 2000, p.224). O conhecimento emancipação, ao tornar-se senso comum, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal como o conhecimento deve traduzir-se em auto-conhecimento, o desenvolvimento deve traduzir-se em sabedoria de vida.

A experiência foi silenciada na ciência moderna e no lugar dela aparecem os experimentos. No caso da extensão o que percebemos é que ela produz conhecimento a partir da experiência e assim tem uma capacidade de narrar sobre o seu fazer. O conhecimento narrativo, ele deixa sempre o final aberto para a possibilidade de se criarem outros finais ou se iniciarem outros processos. Assim, a forma de produção da narrativa não pretende ser verdadeira objetivamente, mas ser também subjetiva. Além disto, o que se verifica na extensão é um fazer que sempre pressupõe a presença de um outro que não é somente o aluno ou professor, mas um ouvinte.

Esta ampliação de cenário permite, por sua vez, uma ampliação da experiência onde narrador e ouvinte se misturam e se revezam nos papéis. Quando a experiência é construída numa relação emancipatória, nascem outros narradores e outros ouvintes.

Será que no berço da ciência há espaço para o desenvolvimento de outras formas de saber que tenham como princípios os do conhecimento-emancipação? Seria a extensão um dos *loci* potenciais de construção do conhecimento emancipatório? Como reconhecer estas dimensões nas práticas extensionistas?

A História da extensão está ligada à origem das Universidades européias, caracterizando-se por campanhas de saúde e assistência às populações carentes e apontando para uma atividade pensada para redimir a Universidade do seu distanciamento de um determinado grupo social que não tinha acesso a ela. O que se nota desde a sua origem é que, além do caráter opcional, a extensão sempre apareceu como a maneira de aproximar a Universidade da população, principalmente de forma assistencial, esvaziada de qualquer significado emancipatório, mas como uma forma de realização das políticas de governo. Porém, existem avanços na reflexão sobre a extensão universitária e os questionamentos feitos através dos anos, trazem para o debate acadêmico a discussão de sua verdadeira função e quais deverão ser suas características. Não queremos com isso subscrever a tese de que a extensão universitária é a articuladora da universidade com a sociedade e que a redenção da universidade se fará através dela, pois este é um assunto para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Na área da saúde, qual seria a atribuição das Universidades e qual o papel da extensão universitária, já que é tarefa do Estado a oferta de serviços, a promoção e a recuperação da saúde?

A construção efetiva de um sistema de saúde não excludente, equânime e porque não dizer, resolutivo, tem sido o maior desafio colocado para o campo da saúde pública nos últimos 10 anos e ainda o será na entrada deste novo milênio.

Mas como a extensão pode contribuir para a formação na área da saúde?

A prática é grandemente influenciada pela formação profissional que, sob a concepção mecanicista e economicista do processo saúde-doença, toma o corpo separado da mente como objeto, cuja preocupação principal é a produtividade e o lucro. A matriz de formação dos profissionais de saúde é influenciada pela racionalidade científica ocidental caracterizada justamente pela fragmentação do homem.

Os desafios colocados para a saúde pública passam, desde a formação de profissionais, produção e reprodução de conhecimentos, até a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços.

Entendemos que à universidade cabe formar recursos humanos comprometidos com as necessidades sociais, e construção de saberes que tenham os princípios do SUS como fundamento da sua ação (equitativo e inclusivo), bem como produzir conhecimentos relevantes e novas metodologias. Ela pode contribuir também para a mudança da dinâmica de organização dos sistemas de saúde, instituindo novos modelos, mais específicos, definindo prioridades, e isso deve ser feito, de preferência, através da sua participação em redes intersetoriais que contribuam para definição de políticas, planos, projetos que ajudem a superar as defasagens em saúde.

No caso da saúde há tempos é solicitado à universidade um repensar sobre o processo de formação dos profissionais da área da saúde de maneira que possam prestar uma atenção mais integral e humanizada, que trabalhem em equipe, que saibam tomar decisões considerando não somente a situação clínica individual, mas o contexto em que vivem os pacientes (Feuerwerker, L.C.M., 2001).

A extensão universitária é propícia para este tipo de aprendizagem e pode ser uma estratégia utilizada para esta experimentação, pois possibilita o olhar da universidade para as transformações que ocorrem no cotidiano.

Assim, se a crise que a universidade enfrenta passa pela crise do conhecimento contemporâneo e, sendo a universidade um espaço de produção de conhecimento podemos pensar: o que a extensão traz para a crise?

A nossa intuição é de que em alguns lugares, dentre eles a UERJ, estão acontecendo atividades que estão produzindo um outro tipo de conhecimento. Alguns chamarão de utopias, pequenas utopias já presentes no cotidiano universitário.

Metodologia

Este texto faz parte do projeto de doutorado em saúde coletiva apresentado ao Instituto de Medicina Social da UERJ para a qualificação.

Para atingir os objetivos foi necessário de mergulhar na documentação produzida pelos projetos cadastrados na Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ e realizar entrevistas com alunos (15), coordenadores (10) e usuários (8) de projetos.

Optamos pelos projetos da área da saúde, nossa área de formação e selecionamos 10 projetos, dentre os 130 disponíveis, de unidades acadêmicas e administrativas diferenciadas e cujas documentações informavam da articulação dos projetos de extensão com o ensino e/ou pesquisa.

Resultados e discussão

Após a realização das entrevistas e de suas sínteses os eixos de análise e as categorias foram definidos de forma que pudessem ser comuns à maioria dos depoimentos. Apresentamos aqui um recorte do trabalho desenvolvido e algumas categorias estudadas: a)

concepção de extensão; b) processo de formação, enfocando a relação entre os sujeitos: emancipadoras ou reguladora, formação de novas comunidades interpretativas e o estímulo à reflexão; c) concepção de saúde presente na proposta e d) relação com as políticas da área de atuação.

O que encontramos nas falas e nos documentos

Concepção de extensão - para a maioria dos membros dos projetos a extensão se apresenta como a possibilidade da universidade interagir com a população e, por consequência, a possibilidade, parece que única, de os alunos terem contato com o mundo fora da universidade.

Esta visão, se por um lado reforça o senso comum de que esta é tarefa da extensão, de outro desresponsabiliza o ensino e a pesquisa de também se aproximarem desta sociedade. A palavra sair foi usada por vários membros dos projetos para designar tanto a necessidade de fazer extensão, quanto para qualificá-la. Outra expressão muito utilizada ao descrever a extensão foi a de que ela é “alguma coisa fora” da universidade e porque não, fora do currículo. Esta concepção está próxima da simbologia da mão única, utilizada para conceituar a extensão. Significa que a universidade sai e leva o conhecimento produzido dentro dela à comunidade sem o reconhecimento de que é possível também aprender com a comunidade. Esta é uma linha de pensamento que reforça a concepção autoritária do fazer acadêmico.

Outro aspecto levantado diz respeito ao lugar da extensão na universidade. Aparecendo como aquele que, apesar de ser importante e de ser a tarefa que “dá mais trabalho”, não é qualificado o suficiente pelas direções ou colegas de trabalho e não possui financiamento. Mas, apesar de ser vista como uma atividade secundária no rol das tarefas ilustres da universidade, a extensão é citada como aquela que possibilita o contato com um “outro”, que não o aluno ou professor e pressupõe um trabalho coletivo.

O que se observa nos projetos em geral é a superficialidade ou inexistência da discussão conceitual sobre a extensão, levando a ambigüidades, pouca clareza e a ausência de chaves de leitura para a extensão.

Processo de formação - todos os projetos possuem alunos, bolsistas e/ou voluntários envolvidos na proposta, sendo que alguns servem de campo de estágio para disciplinas teóricas. A forma de envolvimento dos alunos e professores se diferencia basicamente nos aspectos relacionados à maior ou menor capacitação teórica, o que pode resultar em maior ou menor contribuição para a formação técnica.

Ficou evidenciada na maioria das propostas a preocupação em divulgar os conhecimentos produzidos no projeto através de participação em congressos e seminários, sendo que os alunos já foram co-autores e apresentadores dos trabalhos. Foi observado também que os projetos ajudam a aprofundar temáticas pouco desenvolvidas no curso de graduação.

Durante muito tempo a extensão esteve muito centrada no ativismo, próprio de uma função que nasceu voltada para o mundo externo, “onde o valor não se encontra[va] no número de linhas/artigo publicados, mas única e exclusivamente na possibilidade ou não de atendimento às demandas da comunidade externa” (Guimarães, 1997, p.58). Porém, é possível perceber algumas mudanças. As atividades vêm incorporando a reflexão sobre o seu fazer e caminhando para uma sistematização e difusão do conhecimento produzido. Conhecimento este, fruto do encontro entre alunos, comunidade e professores. Por outro lado, a dificuldade em produzir e divulgar o conhecimento de forma mais ampla parece estar associada ainda ao desejo de fazê-lo vinculado a um outro modo de produção centrado na dinâmica da ciência moderna, que silencia sobre a experiência.

Em todos os projetos foi possível perceber a capacidade em contribuir para o amadurecimento e formação cidadã do aluno. O contato do aluno com a comunidade externa à UERJ, via projeto de extensão, é relatada como uma experiência que talvez não fosse possível

se somente cursassem as disciplinas tradicionais de seu curso. A ênfase dada pelos alunos diz respeito ao aprendizado da vida, de cidadania, de relações mais horizontais entre profissionais e usuários. A fala do aluno exemplifica essa idéia: “a gente alia essa coisa de aprender a ser humano com a aprendizagem da técnica” ou ainda, na extensão é [o trabalho] “tanto voltado para a vida quanto para o acadêmico” (aluno).

É visível também o grau de compromisso dos alunos com o trabalho desenvolvido e a capacidade de falar sobre ele. A formação da consciência crítica não está diretamente relacionada somente à formação teórica e sim de como as relações são estabelecidas dentro do projeto.

No conjunto, temos diferentes formas e graus de apropriação, pelos grupos, dos conhecimentos produzidos nas experiências. Estas características de apropriação têm traços mais ou menos emancipatórios e encaminham para a autonomia. Grosso modo, os projetos que têm mais capacidade de apropriação dos conhecimentos são aqueles que tematizam, de maneira absolutamente clara, as questões da autonomia, da preocupação com o outro e com a solidariedade.

Relação com as políticas - ao analisar de que forma se dá a relação dos projetos com as políticas, verificamos que 4 projetos têm uma interlocução direta com os formuladores de políticas. De outro lado, alguns projetos que não têm interlocução com os formuladores de políticas públicas, seja municipal ou estadual e nem com setores específicos dos órgãos públicos que são responsáveis pelas ações na sua área de atuação, têm recebido, para capacitação, profissionais através de uma demanda individual, vinculados ou não ao sistema de saúde público. Outros, devido à temática de trabalho do projeto, conseguem ter uma influência, de forma indireta, nas políticas públicas da área. Esta capacidade está, porém, mais relacionada à temática de trabalho que permite uma interlocução mais direta.

Acreditamos que projetos com um recorte por grupo alvo mais definido e com uma equipe mais consolidada têm capacidade de fazer a interlocução externa com mais vigor.

No caso da saúde e da formação em saúde, o envolvimento político com projetos de reforma da saúde tem induzido a propostas de reatualização do ensino e, por outro lado, a realização de análises contínuas sobre o processo político do contexto estimula a instituição a costurar alianças e proceder a articulação política necessária a construção de sua missão institucional (Paim e Almeida Filho, 1998).

Para que a Universidade possa ter uma maior participação no direcionamento técnico das ações a sua gestão não pode ficar somente no âmbito do gerenciamento das atividades, "mas é preciso também administrar as relações dessas atividades com a realidade social onde elas estão inseridas" (Botomé, 1996 p.103) e aí está o poder político local.

A pouca interlocução com os formuladores de políticas nos leva a uma questão: a de que a universidade é “ruim de comunicação” (Ribeiro, 2003, p. 65). Segundo Ribeiro, isto não se restringe às relações da academia com o que está fora dela, mas também internamente. Segundo ele “o que fazemos com o que está fora fazemos dentro”. O olhar para fora ajudaria neste caso a explicitar o implícito. Ele afirma ainda que o que está em jogo é uma concepção de universidade em que o diálogo é “raro e ralo”.

De uma forma geral o que percebemos nos projetos é que para participar do debate político é necessário, ou estar na rede de debate sobre o tema e ter canais para fazer circular o conhecimento produzido ou a proposta ter sido planejada para programar ações intencionais de influência sobre o assunto ou de monitoramento sobre o assunto.

Concepção de saúde - os dez projetos analisados apresentam-se de forma diferenciada quanto à forma de cuidado com a saúde. Assim, temos projetos que fazem atendimento clínico, que desenvolvem ações de promoção da saúde através de atividades grupais e que realizam diagnósticos laboratoriais, sendo que um mesmo projeto pode desenvolver mais de uma atividade.

O que encontramos na prática cotidiana e nos discursos dos atores dos projetos de extensão a respeito da concepção de saúde nos leva a uma abordagem que, também pensando a doença e o sofrimento, não se voltam somente para a uma intervenção no corpo ou seja reducionista. A relação percebida na maioria dos projetos é normalmente mais horizontalizada, de forma que o profissional discuta os processos e não determine as regras a serem seguidas por aqueles que estão adoecidos. Os sujeitos, neste caso, passam a ser vistos também como aqueles que possuem desejos e sonhos e as práticas trazem no seu bojo as relações de solidariedade e de resignificação da saúde, apontando para características transdisciplinares, pois entendem que as necessidades de saúde dos indivíduos se diferenciam tanto no seu aspecto qualitativo quanto quantitativo e pressupõem para sua abordagem uma interação entre os sujeitos.

Um outro fator importante percebido nos projetos foi a criação de vínculos entre alunos, professores e comunidade/usuários. Isto traz para dentro da universidade e portanto para um dos espaços de formação, outras dimensões importantes do processo de cura como a sensibilidade, que perdeu espaço com o domínio da razão.

Assim, podemos colocar que a concepção de saúde presente nas experiências analisadas é um signo que se relaciona com a perspectiva emancipatória.

Conclusões

A construção de uma nova universidade no Brasil, sintonizada e comprometida com os problemas cruciais da sociedade, precisa na verdade da reforma de pensamento, ela precisa ser projetiva e emancipatória, deve cultivar a razão crítica, a arte de gestar, alimentar e gerir os valores inalienáveis da condição humana: o direito à vida, à informação, aos benefícios do progresso, da cultura e da felicidade (Morin, 2000).

No entanto, é preciso ver também com outros olhos algumas iniciativas presentes nas experiências da Universidade. Se não é verdade que a universidade recuperou, se é que no Brasil ela teve, a sua dimensão mais humanística, também não é verdade que ela se desobrigou totalmente desta tarefa. Prova disto são as experiências de extensão que estudamos. Com todas as mazelas, com algum rastro de assistencialismo, com necessidade de se firmar no campo político, ainda assim, elas mostram que é possível se enveredar por outros caminhos.

A extensão universitária pelas características apresentadas através dos projetos, tem possibilidade de se concretizar como uma prática acadêmica essencial: coloca-se como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinaridade; potencializando, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocarem no mundo com uma postura mais ativa e crítica.

Não existe receita e depende basicamente de professores e alunos dispostos, de gestões que estimulem a prática mais integrada, que valorizem o aprender a ser e a conviver. É necessário financiamento sim, são necessárias condições de infra-estrutura mínimas para o encontro dos sujeitos das propostas. Ou seja, é necessário um maior compromisso da instituição para melhor efetivação das atividades.

Após o estudo, a esperança ainda permanece, pois algumas práticas retém o germe da humanização, mesmo que ainda presente resquícios da regulação, brigam com seus próprios defeitos, as vezes nem sentidos, mas justificados em ações tidas como científicas, mas que tentam diminuir a discriminação e a dominação. Vínculos ainda estão sendo criados e quando permanecem ainda algumas brasas acesas é possível reacender o fogo que os manterá vivos. Nossas ilusões e idéias diretoras deverão ser reconstruídas, nosso compromisso com o novo deve ser estimulado, nossos valores deverão ser rearranjados.

É a minha utopia, uma utopia realista, pois se não morreu de tudo, ainda não morreu, está sufocada, desnutrida numa espera com esperança.

Referências bibliográficas

BOTOMÉ,S.P. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da Extensão Universitária. Petrópolis: Vozes/ São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos/ Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1996

BUARQUE.C. A aventura da universidade. São Paulo: Ed. UNESP/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FEUERWERKER, L.C.M. Estratégias para a mudança da formação dos profissionais de saúde. Caderno de currículo e ensino. Núcleo de tecnologia educacional para a saúde. NUTES, ano 3, v.2 n.4, dez de 2001. p. 11 -23.

GUIMARÃES, A.M. M. Extensão universitária como reconfiguração de Saberes. In: LEITE,D. MOROSINI,M. (ORG) Universidade Futurante: produção do ensino e inovação. Campinas: Papirus, 1997, p. 55-76.

MORIN,E. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 2ª ed. Tradução de: Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

PAIM,J.S.; ALMEIDA FILHO,N. Saúde coletiva: “uma nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? Revista de Saúde Pública v.32, n.4, 1998. p. 299-316 .

RIBEIRO, R. J. A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.